

# Emendas sugerem que projeto de usucapião inclua áreas urbanas

*AJ07434*  
**Brasília** — O projeto governamental que altera o regime de usucapião recebeu, até ontem, mais de 40 emendas, a maioria com o objetivo de dar ao projeto maior amplitude. A emenda mais abrangente é um substitutivo do Deputado Marcelo Cerqueira (PMDB-RJ), que inclui o usucapião de imóveis urbanos e áreas de favelas. O prazo para apresentação de emendas termina hoje.

O Deputado Henrique Alves (PP-RN) defende a adoção do rito sumaríssimo na ação de reintegração de posse envolvendo terras até 20 hectares. Já o substitutivo do Deputado Roberto Freire (PMDB-PE) inclui o usucapião para as terras de domínio privado e acrescenta a prescrição aquisitiva com justo título em prazo de três anos, entre presentes (quando o provável proprietário reside no mesmo município) e um ano, quando está ausente o provável proprietário, por morar em outro município.

## Sugestões

O Deputado José Frejat (PDT-RJ) tem preocupações ecológicas: uma emenda sua exclui do usucapião as áreas "declaradas de relevante interesse ecológico". Em outra emenda, Frejat propõe que o morador de favelas, sem outra propriedade urbana ou rural, passe a ser dono do terreno em que reside, até 600 metros quadrados. Emenda semelhante sugere o Senador Leite Chaves

(PDMB-PR), que estende o benefício a toda e qualquer área urbana.

O Deputado Antônio Pontes (PDS-SP) propõe, em outra emenda, que sejam atingidas pelo projeto do Governo as terras devolutas em geral, abrangendo as áreas de segurança nacional, com exceção dos territórios habitados pelos índios. J. G. de Araújo Jorge (PDS-RJ) acha que o novo usucapião tem que incluir as áreas urbanas, desde que o morador esteja nela há cinco anos ou mais.

Marcelo Cerqueira, em outra emenda, propõe que as favelas — "compreendidas como aglomerados de sub-habitação onde residam no mínimo 50 famílias, desprovidas de infra-estrutura" — constem do projeto do Governo sobre o usucapião.

As emendas supressivas foram apresentadas pelo Deputado Cardoso de Almeida (PDS-SP). Em todas, manifesta a preocupação de que o usucapião possa afetar propriedades privadas.

Numa das emendas propõe: "O usucapião especial não compreende, em nenhuma hipótese, as terras de domínio da pessoa física e de domínio de pessoa jurídica de direito privado". A definição sobre a aceitação das emendas ocorrerá até 10 de novembro, quando se esgota o prazo final da comissão mista, o Senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) apresentará então seu parecer.

O Senador Leite Chaves (PMDB-PR), membro da comissão especial que examina a mensagem do Governo sobre a lei de usucapião, apresentou emenda que estende a medida aos lotes urbanos, beneficiando os ocupantes de áreas não superiores a 600 metros quadrados.

A emenda assegura a proteção legal ao ocupante que tenha sido expulso do imóvel, ao qual poderá retornar por determinação liminar do juiz no próprio pedido de usucapião. O Senador Franco Montoro (PMDB-SP) apresentou emenda e um projeto no mesmo sentido, sem estabelecer a área para efeito de aplicação da lei.

## Reforma agrária

**São Luís** — "O Governo está fazendo diariamente a reforma agrária no país e caminhando em direção a ela", disse o presidente do PDS, Senador José Sarney, ao elogiar o projeto do usucapião como "um passo importante para ajudar a solucionar as tensões sociais no meio rural". Para o senador, a lei do usucapião foi a mais importante que surgiu no setor agrário até hoje no Brasil.

Para o presidente do PDS, os países socialistas acham que a terra deve ser do Estado. "Mas nós, ao contrário, acreditamos que para torná-la produtiva, devemos aumentar o número de proprietários e não acabar com a propriedade privada".

## Áreas de segurança têm mais disputas

**Belo Horizonte** — Os conflitos de terra no país poderão aumentar ainda mais se não for retirado o Artigo 6º do projeto que reduz de 10 para cinco anos o prazo do usucapião. O artigo impede a legalização de terras consideradas de segurança e desenvolvimento nacional às margens de rodovias da Amazônia Legal, justamente as áreas com mais disputas de posse.

A advertência foi feita em seminário nacional sobre Direito Agrário, pelo professor Messias Junqueira, procurador-chefe do Patrimônio de Terras de São Paulo, assessor do INCRA e um dos redatores do Estatuto da Terra. Considerou o artigo "uma tolice que destrói toda a idéia do projeto".

rou o artigo "uma tolice que destrói toda a idéia do projeto".

## Sesmarias

Segundo o especialista, na **Amazônia Legal** — parte dos Estados do Pará, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Goiás e Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá — todas as terras devolutas na faixa de 200 quilômetros das estradas — 100 de cada lado — são federais e consideradas de segurança nacional.

— Mas o projeto exclui do usucapião especial as áreas indispensáveis à segurança nacional, quando é nestas áreas que estão os maiores conflitos de terra — acrescentou.

Em sua palestra, o professor Messias Junqueira disse que a história das terras devolutas é a própria História do Brasil, e fez um relato da descoberta de Pedro Álvares Cabral até os dias de hoje. afirmou que, após a queda das sesmarias, em 1822, as terras brasileiras estiveram à mercê de quem quisesse ocupá-las, já que só em 1850, com a Lei 601, é que foram instituídos os registros paroquiais de terras.

Considerou devolutas as terras dadas em sesmarias, não legitimadas e devolvidas, e atribuiu aos detentores de cartórios, que cuidavam do registro e legitimação de terras, a maior culpa pelos conflitos existentes hoje no país.

## Federação de favelas teme os impostos

O presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Irineu Guimarães, não vê vantagem na simples redução para cinco anos do prazo de usucapião nas áreas urbanas — como propôs recentemente o Ministro Mário Andreazza. Na sua opinião, a medida só será válida se acompanhada de uma reforma tributária:

— o poder aquisitivo do favelado é muito baixo. Se ele se torna proprietário, não vai poder pagar os impostos e será obrigado a vender sua casa. Isso facilita ainda mais a ação das imobiliárias e, ao mesmo tempo, livra o Governo do desgaste da remoção.

## Desapropriação

O presidente da Faferj acha que existe uma contradição entre a proposta de se estender à cidade a redução do prazo de usucapião e o recente aumento dos aluguéis de mais de 95%, "um estímulo

claro para a classe média engrossar o contingente favelado".

— Nossa luta fundamental — diz Irineu — é transformar as favelas em bairros populares, urbanizando, instalando luz, água e esgoto. Na situação de crise que estamos vivendo, com inflação e desemprego crescentes, o ideal seria a desapropriação das áreas de favela, por interesse social ou público. A terra continuaria sendo do Estado mas o favelado teria a garantia de não ser removido.

Já o presidente da União Pró-Melhoramento da Rocinha, Antônio de Oliveira Lima, duvida da eficácia das desapropriações. Argumenta que, no Vidigal e na Cachopa — uma área da Rocinha — apesar da propaganda, as desapropriações ainda não foram concretizadas.

Oliveira acha que o projeto de lei sobre usucapião prejudica diretamente a continuidade da política clientelista do Governo estadual. E lembra que o

projeto, se transformado em lei, deve conceder títulos de propriedade coletivamente, desde que provada a existência da favela por mais de cinco anos.

## Passarela

A União Pró-Melhoramentos da Rocinha entrega hoje, às 10h, um ofício ao diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, João Carlos Vieira, renovando o pedido de providências para a reforma da passarela na saída do Túnel Dois Irmãos, que já causou a morte de uma moradora.

Sob o lema **Tratamento igual a todo cidadão carioca**, as associações de favelados do Rio, lideradas pela Faferj, vão concentrar-se às 15h em frente à Cedae para exigir a instalação de água e esgoto nas favelas. Segundo Irineu Guimarães, só no morro do Jacarezinho o Estado arrecada Cr\$ 8 milhões de impostos, que não reverterem em benefício para os moradores.

## D Ivo diz que lista pode ser provada

"A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não tem gosto em provar que haja conflito de terra no país e a lista que divulgou com as áreas nesta situação e as famílias sem terra, contestada pelo INCRA, pode ser facilmente provada, pois contém nomes e endereços dos catalogados", declarou o presidente da

CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ao ser homenageado na PUC.

Afirmou que, depois da reunião que teve com o Presidente Aureliano Chaves, na terça-feira, não recebeu mais nenhuma informação oficial sobre o processo de expulsão dos Padres franceses Aristides Camio e François Gourio. Dis-

se que continua a confiar numa boa solução para o caso.

— Sei que não faltam dificuldades — disse o presidente da CNBB em seu discurso em nome dos homenageados — ambigüidades e riscos de dependências que poderão inibir uma universidade católica e pontifícia.